



CÓD: OP-089MR-23  
7908403534678

# **DPE-RS**

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

450 questões gabaritadas- GABARITANDO

**CADERNO DE QUESTÕES**

## ***Caderno de Questões***

1. Língua Portuguesa .....	05
2. Raciocínio Lógico-Matemático .....	23
3. Noções de Direito Constitucional.....	39
4. Noções de Direito Administrativo .....	59
5. Noções de Administração de Recursos Humanos e Gestão Pública .....	75
6. Noções de Direito Penal.....	93
7. Noções de Direito Civil.....	109
8. Noções de Direito Processual Civil.....	119
9. Noções de Administração .....	127

---

- (A) O entregador tocou a campainha e ficou esperando no portão.  
 (B) O fazendeiro tinha um cachorrão para vigiar a plantação.  
 (C) O panelão da feijoada já estava sobre o fogão.  
 (D) O apartamento tinha um varandão na frente.  
 (E) Na parte de trás, havia um terrenão para o plantio de frutas.

7. FGV - AssCE (TCE-TO)/TCE TO/"Sem Área"/2022  
 Assunto: Adjetivo

"Estaremos caminhando para uma vida sem limites?"; a locução "sem limites" equivale ao adjetivo "ilimitada".

A locução abaixo que corresponde semanticamente ao adjetivo dado, é:

- (A) comida sem sabor / comida insossa;  
 (B) guerra sem trégua / guerra interrompida;  
 (C) porta sem chave / porta aberta;  
 (D) pessoa sem audição / pessoa deficiente;  
 (E) carne sem sal / carne insípida.

8. FGV - TJ (TJ TO)/TJ TO/Informática/2022

Assunto: Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

A frase abaixo que mostra uma forma verbal gramaticalmente errada, é:

- (A) Os turistas já tinham pagado a conta;  
 (B) Os vinhos provieram de Portugal;  
 (C) Os manifestantes interviram na discussão;  
 (D) O governo manteve o decreto;  
 (E) O aluno se esqueceu de trazer o livro.

9. FGV - AS (SEMSA Manaus)/Pref Manaus/Agente Comunitário de Saúde/2022

Assunto: Pronomes pessoais

Assinale a opção em que o pronome você aparece identificado.

- (A) Quando você rouba de um autor é plágio, se rouba de vários é pesquisa.  
 (B) Se você tem alguma crença, siga-a.  
 (C) Se você não for melhor que hoje no dia de amanhã, então para que você precisa do amanhã?  
 (D) Não basta você chegar ao cume. É preciso também voltar vivo.  
 (E) Você, que não paga impostos, como vai cobrar do governo?

10. FGV - AL (SEN)/SEN/Registro e Redação Parlamentar/2022

Assunto: Pronomes pessoais

Assinale a frase em que há correção no emprego do pronome "lhe" / "lhes".

- (A) A pessoas com disposição alegre, tudo de bom lhes acontece.  
 (B) A polícia demorou mais de um dia para prender-lhes.  
 (C) Viram-lhes chegar antes dos demais convidados.  
 (D) Informaram-lhes do ocorrido logo que chegaram.  
 (E) Nomearam-lhes chefes das portarias do prédio.

11. FGV - AJ (TJ MS)/TJ MS/Fim/Bacharel em Direito/2022

Assunto: Pronomes indefinidos

Em todas as frases abaixo há a presença do vocábulo mais; a frase em que esse vocábulo é gramática e semanticamente diferente dos demais é:

- (A) O mais perto que uma pessoa chega da perfeição é quando preenche uma ficha de emprego;  
 (B) Dinheiro no bolso vale mais do que amigos na corte;  
 (C) A propaganda é o único negócio em que os clientes com mais dinheiro podem fazer exigências;  
 (D) Os trabalhadores mais incapazes são sistematicamente promovidos;  
 (E) Eu quero que falem mais ainda. Com essa difamação vou ganhar muito dinheiro.

12. FGV - AssCE (TCE-TO)/TCE TO/"Sem Área"/2022

Assunto: Pronomes demonstrativos

Os pronomes demonstrativos mostram empregos bem definidos em língua portuguesa; a opção abaixo em que o emprego do demonstrativo está adequado, é:

- (A) Esta é a verdade: ninguém é totalmente honesto;  
 (B) José e Maria vieram à festa: este, de ônibus, aquele, de táxi;  
 (C) Este cigarro que você está fumando, faz mal à sua saúde;  
 (D) Os tempos atuais são diferentes destes tempos de outrora;  
 (E) Aquela sala que você vê na foto é bastante ampla.

13. FGV - Estag (MPE BA)/MPE BA/Direito/2022  
Assunto: Pronomes relativos

A frase em que o pronome relativo destacado se refere ao termo entre parênteses, presente na mesma frase, é:

- (A) A família é um conjunto de pessoas **que** se defendem em bloco e se atacam em particular – (conjunto);  
 (B) Algumas das mais belas árvores genealógicas **que** vicejam por aí têm raízes no esterco – (algumas);  
 (C) Todo homem tem horas de criança, e infeliz daquele **que** não as tem – (todo homem);  
 (D) Não é a qualidade do dinheiro que você ganha, é a quantidade de dinheiro **que** você guarda – (dinheiro);  
 (E) Avó é a mãe **que** teve uma segunda chance – (avó).

14. FGV - Cad (CBM RJ)/CBM RJ/2022  
Assunto: Advérbio

Em todas as opções abaixo as frases foram reescritas de modo a eliminar o advérbio não, mas mantendo-se o sentido original. Assinale a frase em que essa modificação foi feita de forma adequada.

- (A) “A abelha atarefada não tem tempo para tristeza” (Eno T. Wanke) / a abelha atarefada dispensa o tempo de tristeza.  
 (B) “Perdoamos frequentemente aos que nos aborrecem, mas não podemos perdoar aos que nós aborrecemos.” (La Rochefoucaud) / Perdoamos frequentemente aos que nos aborrecem, mas é proibido perdoar aos que nós aborrecemos.  
 (C) “Se a Academia não tem autoridade acadêmica, então os satíricos e os engraçados também não têm graça nenhuma.” (João Ribeiro) / Se a Academia precisa de autoridade acadêmica, então os satíricos e os engraçados também não têm graça nenhuma.  
 (D) “De todas as taras sexuais, não existe nenhuma mais estranha do que a abstinência.” (Millôr Fernandes) / De todas as taras sexuais, há uma mais estranha do que a abstinência.  
 (E) “Um dia desses eles declaram que tudo não passou de cinquenta anos de brincadeira.” (Millôr Fernandes) / Um dia desses eles declaram que tudo se limitou a cinquenta anos de brincadeira.

15. FGV - Sold (PM SP)/PM SP/2ª Classe/2022  
Assunto: Preposição

Texto

### **Má educação dos turistas em templos e bares irrita japoneses**

“Os japoneses estão irritados com o comportamento de turistas que visitam templos, fontes sagradas e até mesmo lojas em Tóquio. A falta de educação dos visitantes, que sobem em telhados, levam sua própria comida para locais que vendem alimentos e usam qualquer coisa como cinzeiro tira do sério quem vive no local.

O templo de Nanzoin em Sasaguri, Fukuoka, deixou claro, em cartazes feitos em nada menos que 12 idiomas, para não-japoneses ficarem longe, após uma série de advertências verbais aos turistas. Alguns dos visitantes tocaram música alta, mergulharam em uma cachoeira sagrada e um subiu no telhado para tirar melhores fotos.

No Izakaya Bar, em Kyoto, o dono perdeu a paciência ao ver os turistas trazendo comida para consumir em suas mesas, usando os pratos como cinzeiros e sacudindo suas cinzas de cigarro no chão. A solução foi fingir que está lotado quando vê grupos com mais de cinco turistas se aproximando.

Em 2016, uma mulher invadiu uma área proibida no Parque Ueno, em Tóquio, enquanto outras foram vistas no Parque do Castelo de Osaka, arrancando flores para colocar nos cabelos. Em 2018, o Japão recebeu 31,2 milhões de visitantes estrangeiros.”

(<https://casavogue.globo.com/LazerCultura/Viagem/noticia/2019/03/ma-educacao-dos-turistas-em-templos-e-bares-irrita-japoneses.html>. Acesso em 03/08/2022.)

Analise o segmento de texto a seguir.

“Os japoneses estão irritados com o comportamento de turistas que visitam templos, fontes sagradas e até mesmo lojas em Tóquio. A falta de educação dos visitantes, que sobem em telhados, levam sua própria comida para locais que vendem alimentos e usam qualquer coisa como cinzeiro tira do sério quem vive no local.”

Assinale a opção em que a preposição destacada é uma exigência de um termo anterior.

- (A) com.  
 (B) de.  
 (C) em.  
 (D) dos.  
 (E) para.

6. FGV - ES (SEMSA Manaus)/Pref Manaus/  
Economista/2022

Assunto: Probabilidade da intersecção

Suponha que um professor decida escolher aleatoriamente um estudante da sua sala de aula para responder a uma pergunta. Considere dois atributos: gênero e cor do aluno. O conjunto gênero se divide entre mulher e homem. O conjunto cor se divide entre negros e brancos.

Sabe-se que a proporção de mulheres na sala é de 40%, a proporção de negros é de 60% e a proporção de mulheres negras é de 24%. Logo, a probabilidade de o aluno escolhido não ser homem branco é igual a

- (A) 80%.
- (B) 76%.
- (C) 54%.
- (D) 46%.
- (E) 24%.

7. FGV - ACE (TCE TO)/TCE TO/Tecnologia da  
Informação/2022

Assunto: Probabilidade da intersecção

Uma urna contém inicialmente 5 bolas brancas e 3 bolas pretas. Suponha que, inicialmente, uma primeira bola seja sorteada, sua cor observada, e que essa bola seja devolvida à urna juntamente com duas outras bolas da mesma cor. Em seguida, outra bola será sorteada, sua cor, observada, e essa bola será devolvida à urna juntamente com outras duas da mesma cor. Em seguida, será sorteada uma terceira bola. Suponha ainda, que, a cada sorteio, todas as bolas na urna sejam igualmente prováveis de serem sorteadas.

A probabilidade de que as três bolas sorteadas sejam pretas é então, aproximadamente, igual a:

- (A) 0,05;
- (B) 0,07;
- (C) 0,09;
- (D) 0,11;
- (E) 0,13.

8. FGV - Sold (CBM AM)/CBM AM/2022

Assunto: Probabilidade da união

Márcia tem uma ficha amarela, uma ficha verde e duas vermelhas. Joana tem duas fichas amarelas e uma ficha verde.

Cada uma delas escolhe aleatoriamente uma de suas fichas e mostra para a outra.

A probabilidade de que as fichas mostradas tenham a mesma cor é:

- (A)  $\frac{1}{12}$
- (B)  $\frac{1}{7}$
- (C)  $\frac{1}{6}$
- (D)  $\frac{1}{4}$
- (E)  $\frac{1}{3}$

9. FGV - ES (SEMSA Manaus)/Pref Manaus/  
Economista/2022

Assunto: Eventos independentes e eventos mutuamente excludentes

Suponha que um estatístico jogue dois dados não viciados. Ele informa que os números observados são pares. Logo, a probabilidade de que a soma deles seja 6 é

- (A) 1/9.
- (B) 2/3.
- (C) 1/3.
- (D) 2/9.
- (E) 1/2.

10. FGV - ATRFB/SRFB/Geral/2023

Assunto: Probabilidade do evento complementar

Ana vai passar o fim de semana em sua casa de praia. A previsão do tempo diz que a probabilidade de chuva no sábado é de 30%, e a probabilidade de chuva no domingo é de 40%.

Nesse caso, a probabilidade de que Ana consiga ir à praia no fim de semana sem pegar chuva é de

- (A) 46%.
- (B) 55%.
- (C) 63%.
- (D) 88%.
- (E) 92%.

- (B) por ser policial, pode ingressar na casa de Antônio, ainda que sem o seu consentimento, desde que durante o dia, vedada qualquer atividade noturna;
- (C) pode ingressar na casa de Antônio, sem o seu consentimento, entre outras situações, no caso de desastre ou, durante o dia, por determinação judicial;
- (D) pode ingressar na casa de Antônio, ainda que sem o seu consentimento, durante o dia ou à noite, mediante determinação judicial;
- (E) somente pode ingressar na casa de Antônio, sem o seu consentimento, mediante determinação judicial e desde que durante o dia.

5. FGV - Inv Pol (PC AM)/PC AM/4ª Classe/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Em razão da crise financeira que assolava sua região, João estava muito preocupado pelo fato de não estar conseguindo pagar uma série de dívidas, o que, a seu ver, poderia acarretar a sua prisão.

Por tal razão, consultou um advogado, que o informou corretamente que a decretação da prisão civil por dívida

- (A) não é admitida, em nenhuma hipótese, pela ordem constitucional brasileira.
- (B) só é admitida na hipótese de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.
- (C) só é admitida na hipótese de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e na do depositário infiel.
- (D) só é admitida nas hipóteses em que haja ordem judicial específica para o pagamento da dívida, qualquer que seja sua origem.
- (E) só é admitida na hipótese de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia, na do depositário infiel e na hipótese de abandono material de idosos.

6. FGV - AAFE (Sefaz AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Pedro possuía uma dívida e tinha receio de ser preso caso não realizasse o respectivo pagamento. Por essa razão, procurou um advogado e o consultou sobre a possibilidade de o seu temor se concretizar e, conseqüentemente, vir a ser preso.

O advogado respondeu corretamente que, de acordo com a ordem constitucional brasileira, Pedro

(A) não poderia ser preso por dívida, qualquer que seja a origem da obrigação jurídica.

(B) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida de obrigação alimentícia.

(C) poderia ser preso apenas se não pagasse dívida de obrigação alimentícia, de modo voluntário e inescusável, ou fosse depositário infiel.

(D) poderia ser preso por dívida caso a condenação fosse imposta por autoridade jurisdicional e não fosse pago o respectivo valor no prazo estipulado.

(E) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida tributária ou qualquer outra que tenha como credor criança, adolescente ou idoso.

7. FGV - Ag TE (SEFAZ BA)/SEFAZ BA/Administração e Finanças/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

João, cientista político brasileiro, é ferrenho defensor da forma de governo monárquica e das ideias do Partido Político Alfa, que defende essa forma de governo. Por tal razão, é infenso à organização das estruturas estatais de poder com base em ideais republicanos, especialmente em relação à forma de provimento dos cargos afetos à Chefia do Poder Executivo nas distintas esferas de governo. Ao ser editada a Lei federal nº XX, que impôs à generalidade dos adultos, excetuados aqueles que apresentassem algum óbice de ordem física ou psíquica, a obrigação de desempenhar determinada atividade de interesse público em um curto período de tempo, João redigiu um alentado manifesto e negou-se a cumprir a obrigação legal.

Nessa situação, João agiu de modo

- (A) lícito, mas deve cumprir a prestação alternativa que estiver fixada em lei.
- (B) ilícito, pois ninguém pode deixar de cumprir obrigação legal de caráter geral.
- (C) lícito, pois ninguém pode ser compelido a exercer uma função pública contra a sua vontade.
- (D) ilícito, pois apenas por motivo de crença religiosa poderia deixar de cumprir obrigação legal de caráter geral.
- (E) lícito, pois a todos é assegurado o direito de não cumprir obrigação legal de caráter geral, desde que seja cumprida prestação alternativa fixada em regulamento.

8. FGV - Aux (MPE SC)/MPE SC/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

João, estudante de direito que retornava para casa logo após o encerramento das aulas do período da manhã, parado no ponto do ônibus, constatou que uma criança estava sendo duramente espancada no interior da casa em frente.

À luz da sistemática constitucional, João:

- (A) pode solicitar um mandado judicial e ingressar no local para fazer cessar o espancamento;
- (B) pode ingressar no local, ainda que contra a vontade do morador, e prender o agressor;
- (C) apenas pode procurar um agente policial ou um representante do Ministério Público para que eles ingressem no local e prendam o agressor;
- (D) pode determinar, sob o amparo da lei, que o agressor cesse o espancamento, mas sem ingressar no local, a não ser que haja consentimento do morador ou ordem judicial;
- (E) apenas pode procurar um policial ou um representante do Ministério Público para que eles obtenham um mandado judicial, de modo a ingressar no local e prender o agressor.

9. FGV - AS (SEMSA Manaus)/Pref Manaus/Assistente em Administração/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Leia o trecho a seguir (Artigo 5º, caput, da Constituição Federal de 1988).

*“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”*

A respeito dos princípios estabelecidos no texto constitucional, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A inviolabilidade dos direitos fundamentais está relacionada à noção do Estado Democrático de Direito.

( ) Os direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade são a base dos direitos fundamentais da CF/88.

( ) Os direitos humanos previstos na CF/88 são universais e proclamam a validade internacional da liberdade e a igualdade de todos os homens.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – V – F.
- (E) V – V – V.

10. FGV - OAB UNI NAC/OAB/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Roberto, cidadão brasileiro, toma conhecimento que um órgão público federal está contratando uma conhecida empreiteira do Estado Delta para a realização de obras sem promover o regular procedimento licitatório.

A fim de proteger o interesse público, busca obter maiores informações junto aos setores competentes do próprio órgão. Sem sucesso, passa a considerar a hipótese de ajuizar uma Ação Popular a fim de anular os atos de contratação, bem como buscar o ressarcimento dos cofres públicos por eventuais danos patrimoniais. Antes de fazê-lo, no entanto, quer saber as consequências referentes ao pagamento de custas judiciais e do ônus de sucumbência, caso não obtenha sucesso na causa.

Você, como advogado(a), então, explica-lhe que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, caso não obtenha sucesso na causa,

- (A) não terá que arcar com as custas judiciais e com o ônus de sucumbência, posto que o interesse que o move na causa é revestido de inequívoca boa-fé, em defesa do interesse público.
- (B) somente terá que arcar com as custas judiciais, mas não com os ônus sucumbenciais, posto se tratar de um processo de natureza constitucional que visa a salvaguardar o interesse social.
- (C) terá que arcar com as custas judiciais e com o ônus de sucumbência, como ocorre ordinariamente no âmbito do sistema processual brasileiro.
- (D) não terá que arcar com qualquer custo, considerando que a Constituição Federal de 1988 concede aos brasileiros isenção de custas em todos os chamados remédios constitucionais.

- (D) correta, por ser compatível com o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional;  
 (E) correta, por ser compatível com o princípio da primazia da solução do mérito.

4. FGV - TJ (TJ TO)/TJ TO/Apoio Judiciário e Administrativo/2022

Assunto: Princípios Processuais Cíveis (arts. 1º a 12 e CF/1988)

Recebendo uma petição inicial, cujo objeto é uma questão exclusivamente de direito, no qual o tema já está pacificado nos tribunais superiores no sentido contrário ao pretendido pela parte autora, o juiz, não obstante ser seu juízo incompetente para a causa, julgou liminarmente improcedente o pedido.

Nesse cenário, o juiz agiu de forma:

- (A) correta, em razão do princípio da celeridade processual;  
 (B) incorreta, uma vez que violou o princípio do juiz natural;  
 (C) correta, em respeito ao princípio do devido processo legal;  
 (D) incorreta, em violação ao princípio do contraditório;  
 (E) incorreta, em desrespeito ao princípio da ampla defesa.

5. FGV - CL (SEN)/SEN/Assessoramento Legislativo/Direito Civil, Processual Civil e Agrário/2022

Assunto: Princípios Processuais Cíveis (arts. 1º a 12 e CF/1988)

No ano de 2021, conforme dados do “Relatório Justiça em Números”, do CNJ, o Poder Judiciário encerrou o ano com 77,3 milhões de processos em tramitação. Entre as soluções apontadas para redução desse estoque de litigiosidade inclui-se o uso de outros meios adequados de solução de controvérsias, tais como a conciliação, a mediação e a arbitragem.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) É dever do Estado promover a solução consensual dos conflitos, quer na posição de parte, quer na posição de Estado-administração. É o que ocorre, a título de exemplo, por meio da criação de centros judiciários de solução consensual de conflitos no âmbito dos tribunais.  
 (B) A conciliação e a mediação são mecanismos por meio dos quais se busca que as próprias partes em litígio cheguem a solução do conflito, diferenciando-se quanto ao papel que o conciliador e o mediador possuem, pois esse último pode arbitrar uma solução para o caso.

(C) O árbitro é juiz de fato e de direito, e a sentença que proferir não fica sujeita a recurso ou homologação pelo Poder Judiciário, podendo, porém, ser objeto de recurso extraordinário para controle de ofensa à Constituição.

(D) A conciliação, a mediação e a arbitragem são meios consensuais de solução de conflitos passíveis de utilização tão somente por pessoas físicas e jurídicas de direito privado, inexistindo autorização legal para que a Administração Direta, Autárquica e Fundacional possa deles se valer.

(E) A sentença arbitral detém eficácia de título executivo judicial, podendo ser objeto de cumprimento perante o juízo arbitral, que possui todos os poderes executivos de um magistrado do Judiciário.

6. FGV - TMD (DPE RJ)/DPE RJ/2019

Assunto: Princípios Processuais Cíveis (arts. 1º a 12 e CF/1988)

Segundo o vigente Código de Processo Civil, o juiz proferirá as sentenças no prazo de 30 (trinta) dias, bem como poderá, nas causas que dispensem a fase instrutória, e independentemente de citação do réu, julgar liminarmente improcedente o pedido, se verificar, desde logo, a ocorrência de prescrição ou decadência.

Trata-se de regras processuais que encerram a aplicação do princípio constitucional do(a):

- (A) livre acesso à justiça;  
 (B) juiz natural;  
 (C) isonomia;  
 (D) ampla defesa;  
 (E) duração razoável do processo.

7. FGV - Tec (MPE RJ)/MPE RJ/Notificação e Atos Intimatórios/2016

Assunto: Princípios Processuais Cíveis (arts. 1º a 12 e CF/1988)

A possibilidade de concessão, pelo juiz da causa, de tutela antecipatória do mérito, inaudita altera parte, em razão de requerimento formulado nesse sentido pela parte autora em sua petição inicial, está diretamente relacionada ao princípio:

- (A) do juiz natural;  
 (B) da inércia da jurisdição;  
 (C) da inafastabilidade do controle jurisdicional;  
 (D) do contraditório;  
 (E) da motivação das decisões judiciais.

8. FGV - TSJ (DPE RJ)/DPE RJ/2019  
Assunto: Da Jurisdição (art. 16)

Constitui uma exceção à característica inerte da jurisdição:

- (A) ação possessória tendo por objeto bem público;
- (B) *habeas data*;
- (C) restauração de autos;
- (D) ação popular;
- (E) mandado de injunção.

9. FGV - Tec (MPE RJ)/MPE RJ/Notificação e Atos Intimatórios/2016

Assunto: Da Jurisdição (art. 16)

No tocante à inércia, uma exceção a tal característica da jurisdição, de acordo com a legislação processual vigente, é a:

- (A) interdição;
- (B) reintegração de posse de imóvel público;
- (C) restauração de autos;
- (D) anulação de contrato administrativo;
- (E) nulidade de casamento.

10. FGV - AFRE MG/SEF MG/Tributação/2023

Assunto: Da ação (arts. 17 a 20)

Determinado contribuinte ingressou em juízo, mediante ação ordinária, em face do Estado de Minas Gerais, requerendo o reconhecimento do direito à compensação tributária sobre operações sujeitas a incidência de ICMS.

Acerca do caso acima narrado, assinale a afirmativa correta.

- (A) A petição inicial deve ser indeferida, pois o processo civil brasileiro não admite a ação meramente declaratória; alternativamente, poderá o juiz determinar a emenda à inicial para que o contribuinte inclua pedido condenatório.
- (B) Diante da natureza meramente declaratória da ação proposta pelo contribuinte, o contraditório poderá ser dispensado, conforme previsão expressa do Código de Processo Civil, podendo o juiz, após o juízo de admissibilidade positivo da petição inicial, proferir sentença desde logo.
- (C) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade, sendo certo que o interesse processual pode se limitar à declaração da existência de uma relação jurídica.

(D) As ações declaratórias admitem substituição processual, hipótese em que o substituído poderá intervir no processo na qualidade de assistente simples.

(E) O reconhecimento do direito à compensação tributária possui natureza mandamental, à luz da classificação das espécies de ação.

11. FGV - Estag (MPE BA)/MPE BA/Direito/2022

Assunto: Da ação (arts. 17 a 20)

Antônia, civilmente capaz, inconformada com as fartas provas das agressões que sua filha Maria sofre de seu genro Paulo, com quem Maria é casada, propõe ação de divórcio em face deste, por intermédio de seu procurador constituído nos autos, para dissolver o casamento de sua filha.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) Antônia tem legitimidade ordinária para a propositura da ação de divórcio;
- (B) Antônia tem legitimidade extraordinária para a propositura da ação de divórcio;
- (C) falta uma das condições para o legítimo exercício do direito de ação;
- (D) falta a capacidade postulatória para que Antônia ajuíze a ação de divórcio;
- (E) o juiz deve julgar desde logo procedente o pedido, uma vez que há provas do fato.

12. FGV - TJ (TJ RO)/TJ RO/2021

Assunto: Da ação (arts. 17 a 20)

O Ministério Público, por intermédio de seu Promotor de Justiça com atribuição, autorizado pelo ordenamento jurídico, ajuíza uma ação, em nome próprio, na defesa dos interesses de um incapaz.

Nesse caso, é correto afirmar que o Ministério Público atuará na qualidade de:

- (A) legitimado ativo ordinário;
- (B) substituto processual;
- (C) assistente litisconsorcial;
- (D) representante legal;
- (E) sucessor processual.